

# *Entre História e Literatura, o Machado, onde fica?*

Among History and Literature, the Machado, where is it?

Lucimar Simon<sup>1</sup>; Diana Carla Gomes de Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO:** A literatura e a história são as diferentes faces de uma mesma estrutura e a relação entre elas se tornou um campo de estudo importante que vem promovendo resultados interessantes. O objetivo deste artigo é apresentar, analisar e refletir sobre as relações entre a história e a literatura do Brasil nos anos finais do século XIX e início do XX através da perspectiva literária e histórica descrita na narrativa literária *Esaú e Jacó* (1904), de Machado de Assis. O autor foi hodierno a um dos mais importantes momentos históricos do país, a transição do regime monárquico para o regime republicano. *Esaú e Jacó* foi ambientado no Rio de Janeiro, Capital e centro político-administrativo do Império e nele foi descrita uma interpretação da sociedade brasileira durante o período de transição entre os regimes. Machado viveu, observou e registrou o momento histórico e, por meio de sua descrição literária do fato, analisamos possíveis correlações para compreender as nuances relativas à história pelo viés da literatura.

**Palavras-chave:** História; Literatura; Machado de Assis; *Esaú e Jacó*.

**ABSTRACT:** Literature and history are the different faces of the same structure, and the relation between them has become an important field of study that has promoted interesting results. The aim of this article is to present, analyze and reflect on the relations between history and literature in Brazil in the late 19th and early 20th century through the literary and historical perspective described in the literary narrative *Esaú and Jacó* (1904), by Machado de Assis. The author was today one of the most important historical moments in Brazil, the transition from monarchy to republican rule. The novel *Esaú e Jacó* was set in Rio de Janeiro, the capital and political-administrative center of the Empire, and it gave an interpretation of

<sup>1</sup> Mestre e Doutor em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0780-2236>. E-mail: lucimarsimon@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestra e Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9805-1169>. E-mail: dianacarla\_letras@hotmail.com

*Brazilian society during the period of transition between the regimes. Machado lived, observed and recorded the historical moment and through his literary description of it, we analyzed possible correlations to understand the nuances relative to history through the bias of literature.*

**Keywords:** History; Literature; Machado de Assis; *Esaú e Jacó*.

### Introdução

A proposta deste artigo concentra-se no campo da história e da literatura para produzir, através das fontes analisadas, uma reflexão sobre a relação entre as duas áreas de conhecimento com foco em *Esaú e Jacó*, texto literário de Machado de Assis. A literatura e a história são as diferentes faces de uma mesma estrutura e a relação entre elas se tornou um campo de estudo importante que vem promovendo resultados interessantes.

O objetivo deste texto é apresentar, analisar e refletir sobre as relações entre a história e a literatura nos anos finais do século XIX e início do XX através da perspectiva literária e histórica descrita na narrativa literária *Esaú e Jacó* (1904). O autor foi hodierno a um dos mais importantes momentos históricos do país, a transição do regime monárquico para o regime republicano. *Esaú e Jacó* foi ambientado no Rio de Janeiro, Capital e centro político-administrativo do Império e nele foi descrita uma interpretação da sociedade brasileira durante o período de transição entre os regimes. Machado viveu, observou e registrou o momento histórico e, por meio de sua descrição literária do fato histórico, analisamos possíveis correlações para compreender as nuances relativas à história pelo viés da literatura.

Uma das coisas mais interessantes e desafiadoras sobre uma literatura é a produção de críticas sobre ela. Não é tarefa fácil desvendar os mistérios da criação literária e pode ser exaustiva a tentativa de entender os autores e revelar suas criações. A crítica histórica-literária pode ser considerada um esforço intelectual para compreender esses mistérios. Sabendo que somente se comprehende aquilo que se conhece, realizamos sondagens mais profundas nos aspectos históricos-literários das obras e dos escritores.

Seja na pesquisa em história ou em literatura, esses dois campos de conhecimentos se entrelaçam, compondo um espectro amplo de perspectivas e enfoques, alguns polêmicos, outros consensuais, mas que sem dúvida ampliam as possibilidades de conhecimentos entre elas. Para explicarmos e compreendermos as relações que circunscrevem o campo da crítica histórica-literária em estudos literários e as correlações entre literatura e história, abordaremos os escritos e percepções de autores como Roger

Chartier, Antonio Candido, Nicolau Sevcenko, Sidney Chalhoub, Antoine Compagnon e Luiz Costa Lima.

### A relação entre história e literatura

Atualmente, elaborar interfaces entre literatura e história é uma prática intelectual das mais oportunas. Se pensarmos do ponto de vista da história, ela se faz oportuna à medida que assistimos o esgotamento da legitimidade da historiografia oficial e de sua concepção de tempo histórico como uma dominação contínua dos acontecimentos.

A história é um campo de conhecimento que, por sua amplitude, permite algumas subdivisões interessantes. O historiador Peter Burke é organizador do livro *A escrita da história: novas perspectivas* (1992), e nele demonstra algumas dessas subdivisões. O que Peter Burke nos apresenta a partir das subdivisões é a perspectiva de uma ‘nova história’ em oposição à ‘história tradicional’. “A nova história propõe o abandono do tradicionalismo, segundo o qual, tem por paradigma tradicional a máxima de que a História é objetiva e a tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos” (Burke, 1992).

Por outro lado, do ponto de vista da literatura, se faz oportuna uma interface, a medida que seja uma forma de complementação das abordagens críticas e especializadas realizadas pelos escritores e críticos literários. O enlace entre história e literatura gera reflexões críticas capazes de iluminar os vazios, as frestas, os objetos esquecidos ou não abordados pela particularidade de cada área de conhecimento. Para Roberto Correa dos Santos:

O pensar a história como literatura se situa um pouco neste horizonte histórico de se desconstruir, na história, a verdade garantida pela certeza do método, pela força da tradição, pela busca da origem, pela concepção de legado, pela credibilidade na influência e na autoria. A distinção entre história e literatura já não mais se pode dar em função de que ou de quem tem o ‘privilegio’ de ter ou ser o lugar da verdade (Santos, 1985, p. 7).

A relação entre história e literatura como campos de produção de conhecimentos foi apresentada por diversos autores. Em *Vários escritos* (2017), Antonio Candido, teórico

de estudos literários, promoveu uma aproximação da literatura a outras áreas de conhecimentos, como o direito, história e filosofia. “Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo” (Candido, 2017, p. 177).

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (1999), se apropriou desta relação entre história e literatura e apresentou uma união entre os dois campos de saberes. “A história assim, ao envolver um escritor, o arroja contraditoriamente para fora de si. Para que ele cumpra o papel e o destino que lhe cabem, é necessário que se perca nos meandros de possíveis inviáveis” (Sevcenko, 1999, p. 21).

Roger Chartier, em *A história ou a leitura do tempo* (2020), investigou as relações entre a história e a literatura no contexto de representação cultural para traçar uma representação do passado entre história, literatura e memória. “Daí a apropriação, por algumas ficções, das técnicas da prova próprias da história, a fim de produzir não ‘efeitos de realidade’, mas sim, preferencialmente, a ilusão de um discurso histórico” (Chartier, 2020, p. 28).

Em *Machado de Assis, historiador* (2003), Sidney Chalhoub transformou Machado de Assis, um dos maiores escritores do país, em historiador. “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX. Essa hipótese vem sendo defendida, a meu ver, de forma bastante convincente, por críticos literários como Roberto Schwarz e John Gledson” (Chalhoub, 2003, p. 12).

A história é um campo de conhecimento que registra e consolida os pensamentos e mentalidades em uma sociedade. Traçando um conceito simples, pode-se afirmar que a história é uma ciência que estuda as ações dos seres humanos no espaço e no tempo. Para Roberto Correa dos Santos. “O século XIX é, pois, o tempo da história e da literatura, já que o homem, só a partir de então, passa ao estatuto de objeto do conhecimento” (Santos, 1985, p. 10). Segundo Sevcenko, a relação entre elas se consuma quando, “A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram” (Sevcenko, 1999, p. 21).

A literatura passou a produzir narrativas com viés crítico, potencializado por uma crítica literária que permeava os setores da sociedade brasileira, incluindo o político, o

cultural, o econômico, o religioso e o social. Para Sevcenko: “Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. O mesmo papel social é desenvolvido pela história” (Sevcenko, 1999, p. 21).

Tanto a história quanto a literatura traduzem em suas narrativas aspectos de seus respectivos tempos históricos, registrando e consolidando os fatos. “Nesse sentido, enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser” (Sevcenko, 1999, p. 20). Logo, pode-se, então, perceber o entrecruzamento crítico e teórico desses dois campos. “Pode-se, portanto, pensar numa história dos desejos não consumados, dos possíveis não realizados, das ideias não consumidas. A produção dessa historiografia teria, por consequência, de se vincular aos agrupamentos humanos que ficaram marginais ao sucesso dos fatos” (Sevcenko, 1999, p. 21-22).

O impresso pela tradição teórica coloca a literatura como um objeto de presença imediata em uma sociedade. Sua importância é avaliada por outros campos produtores de conhecimentos, como, por exemplo, a tradição histórica. A literatura expressa uma relação direta de poder nas sociedades em que está inserida. Ela pode ser utilizada como dispositivo disseminador de ideias, produtor de mentalidades e um exercício de pensamento. Em *Literatura para quê?* (2009), Antoine Compagnon afirma que: “A tradição teórica considera a literatura como *una e própria*, presença imediata, valor eterno e universal; a tradição histórica encara a obra como outro, na distância de seu tempo e de seu lugar” (Compagnon, 2009, p. 15).

Ela atravessou os tempos históricos e chegou aos dias atuais como um forte elemento de composição de crítica social. Ela segue libertando os seres humanos de suas maneiras convencionais de ver e pensar a vida, direcionando-os através do mundo real ou ficcional. Para Antoine Compagnon a literatura é um instrumento de justiça e de tolerância. “A literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão ao poder. Contrapoder, revela toda extensão de seu poder quando é perseguida” (Compagnon, 2009, p. 42).

Literatura, por quê? A percepção do mundo subjetivo dos autores e personagens caminha para uma concretização de determinadas visões histórico-sociais. As relações e o cotidiano apresentados nas obras literárias reafirmam a necessidade de revisão de valores. A literatura é um produto histórico-social de seu tempo e nela podemos encontrar elementos que explicam e elucidam problemas do presente. Segundo Antoine

Compagnon a literatura segue, “ensinando-nos a não sermos enganados pela língua, a literatura nos torna mais inteligentes, ou diferentemente inteligentes” (Compagnon, 2009, p. 49).

Para Antonio Candido, o homem é um sujeito de direitos e esses perpassam pelos campos de saberes e os campos históricos e literários são apontados pelo autor como exemplares constituidores de saberes que são extremamente necessários à constituição do homem como sujeito de direitos. O autor realiza uma aproximação entre história, literatura e direitos humanos, traçando como objetivo apresentar o direito de saber do homem, o direito à leitura e a literatura como produtora e disseminadora de conhecimentos.

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (Candido, 2017, p. 177-178).

A literatura entrelaçada à história é uma expressão que contém um grande poder de comunicação, esse ainda mais concreto quando se enlaça pelo espaço urbano, alcançando uma dimensão maior da realidade social. Para Peter Burke, “O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (Burke, 1992, p. 11).

Se de fato, essas condições, já identificadas são reais e se estabelecem dessa maneira, potencialmente as literaturas poderiam constituir-se em um acervo importante para se conhecer e compreender melhor, preencher lacunas ou revelar zonas obscuras da história de qualquer sociedade onde ela seja difundida. Segundo Roger Chartier:

A relação entre literatura e história pode ser entendida de duas maneiras. A primeira enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos. Para semelhante perspectiva é necessário compreender que nossa relação contemporânea com as obras e os gêneros não pode ser considerada nem como invariante nem como universal. Mas há uma segunda maneira talvez

mais inesperada de considerar a relação entre literatura e história. Procede ao contrário, isto é, descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético (Chartier, 1999, p. 197).

Quando estudamos a relação entre história e literatura em um contexto social, devemos ter em mente que a literatura é uma importante fonte histórica para compreendermos as relações políticas e sociais, no entanto, segundo aponta Roger Chartier:

Devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito. Trata-se também de considerar o sentido dos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos ou práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão. Mas é preciso ter distanciamento para compreender quais foram as razões da produção, as modalidades das realizações e as formas das apropriações das obras do passado. E também é preciso compreender em sua própria historicidade e instabilidade (Chartier, 1999, p. 197).

É inegável a importância da literatura para a constituição de uma identidade nacional. O direito à literatura defendido por Antonio Cândido é um direito social e, por conseguinte, também é com todos os seus efeitos um direito humano. Na mesma proporção e seguindo a leitura supracitada, de fato verifica-se nos escritos de Cândido e em sua afirmação que:

Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles (Cândido, 2017, p. 177).

Pode-se encontrar nos estudos acerca da literatura brasileira fundamentações teóricas substanciais sobre diversas temáticas de conhecimentos históricos, ainda mais que sua presença seja uma relevância para a compreensão das estruturas elitizadas de algumas sociedades em que ela figura, mesmo que seja no campo da ficção. Tanto na literatura quanto na história podemos encontrar expressões das elites sociais. Segundo Jim Sharpe:

“A história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezenove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite” (Sharpe, 1992, p. 40).

Luiz Costa Lima, em seu livro *História. Ficção. Literatura* (2006) trata da relação entre a história e a literatura utilizando o que ele chama de discurso ou formação discursiva. Para Costa Lima: “Em suma, a carência de teorização suficiente acerca das escritas da história e da literatura é o centro de gravitação que explica a composição desse livro” (Lima, 2006, p. 22). Sobre a contribuição das diversas ciências para a construção do conhecimento histórico, o autor afirma que: “A contribuição do discurso literário é menos direta, pois o ficcional só gera uma metáfora do conhecimento” (Lima, 2006, p. 22).

Entendemos que, assim como aconteceu com a constituição e institucionalização da literatura apontada por (Santos, 1985) como uma disciplina constituída a partir do século XIX, compreendemos nos estudos de Luiz Costa Lima tendo como base as teorias de Hayden White que a história também tem sua institucionalização a partir do século XIX. Para Costa Lima: “A disciplina historiográfica encontra amplo reconhecimento e se institucionaliza a partir do começo do século XIX. A profissionalização do historiador era então determinada por uma concepção documentalista” (Lima, 2006, p. 17).

É possível afirmar que tanto os historiadores quanto os escritores de literatura ficcional raramente concordam sobre as particularidades dos seus discursos. Apesar das diferenças apontadas, é possível afirmar que existe uma conexão entre história e literatura. Essa conexão, quando efetivada, fixada, provoca um estreitamento entre a literatura e a história, entre o ficcional e o real ou ao menos entre o ficcional e o verossímil. Essa aproximação é o que podemos chamar de interface entre a história e a literatura, entre a realidade e a ficção. Quando refletirmos sobre a questão que envolve o discurso literário e o discurso histórico por via do pensamento aristotélico sobre a poesia e a história, percebemos que:

Não é em metrificar ou não que diferem o historiador e o poeta; a diferença está em que um narra acontecimentos e o outro, fatos quais podiam acontecer. Por isso a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela enuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares (Aristóteles, 2005, p. 28).

São perceptíveis as semelhanças e diferenças entre os discursos histórico e literário. O que torna os dois discursos mais próximos e parecidos é o fato de serem histórias, ou seja, narrativas verossímeis. No entanto, o que os une é o mesmo que os diferencia: apesar de narrarem fatos, um se concentrará na busca pelo que ocorreu de fato e o outro pelo que poderia ter acontecido. A literatura acompanha o processo de construção histórico-social e o surgimento de uma literatura crítica foi um fator decisivo para sua consideração como um forte elemento de construção de identidade nacional. Segundo Roger Chartier:

Os historiadores sabem que o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado. As obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual também confere uma presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que as que estabelecem os livros de história (Chartier, 2020, p. 21).

Não se encerra neste tópico o debate sobre história e literatura. Em determinado espaço de críticas, tem-se a literatura como eterna e universal, do outro, é posta uma distância com ênfase na correlação tempo e espaço, o que podemos também definir como fator histórico. No entanto, compreendemos que o discurso histórico está circunscrito ao que se supõe a verdade, ao que deveria aludir à realidade. Podemos nos perguntar. Machado de Assis fez história da literatura ou fez literatura da história? A realidade histórica que transborda da ficção literária machadiana pode situá-lo entre os dois campos de produção de conhecimentos?

### **Machado de Assis entre a literatura e a história. Pode ser?**

Ao longo de sua trajetória como escritor, Machado de Assis (1839–1908) produziu textos com temas que esboçam relações polissêmicas que giram em torno da política, religião, escravidão, cultura, marginalidade e tantos outros mais. Machado de Assis é considerado um dos mais importantes escritores/autores para a literatura brasileira e muitas de suas produções foram traduzidas para diversas línguas estrangeiras. “Machado de Assis já não pertence apenas à literatura brasileira. Suas obras passaram a interessar a

outras culturas, sucedendo-se as traduções em várias línguas, escreveu o crítico literário Eugenio Gomes no jornal carioca *Correio da Manhã* em 8 de dezembro de 1951” (Gabriel, 2018, n.p.).

Por mais investigado que seja, o estudo da vasta obra machadiana ainda nos coloca uma série de obstáculos interpretativos e desperta o fascínio em pesquisadores de diversos campos de conhecimentos. A leitura de seus textos nos leva a desvendar a cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX. As críticas presentes nos textos de Machado de Assis servem como direção no esforço teórico para compreensão das relações sociais daquela sociedade. “O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares” (Sevcenko, 1999, p. 20).

Na análise, utilizamos excertos de Machado de Assis para comprovar que há elementos suficientes para situar o autor como importante escritor para a produção de conhecimento histórico de determinada época. Apontamos também o deslocamento do texto do campo da literatura para o campo da história visando compreender as transformações das estruturas, das personalidades, das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas através das relações entre a história e a literatura. “Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o proscênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais cadentes de tensão e a mágoa dos aflitos” (Sevcenko, 1999, p. 20).

O texto literário escolhido para analisar o momento histórico da transição de regime político brasileiro através da literatura é o romance de Machado de Assis, *Esaú e Jacó*. Publicado em 1904, remonta ao período monárquico brasileiro e à transição para o período republicano brasileiro. O título do romance é extraído da Bíblia, no livro de Gênesis, onde está registrada a história de Rebeca e seus dois filhos, Jacó e Esaú. Pedro e Paulo são os filhos gêmeos de Natividade e Agostinho Santos.

À medida que vão crescendo, os irmãos começam a definir seus temperamentos diversos: são rivais em tudo. Paulo é impulsivo, arrebatado, Pedro é dissimulado e conservador. Esses comportamentos passam a ser motivo de brigas entre os dois. Já adultos, a causa principal de suas divergências passa a ser de ordem política. Paulo é republicano e Pedro, monarquista.

Os excertos apresentados neste artigo visam corroborar para as relações entre a história e a literatura no romance *Esaú e Jacó*, não os utilizamos como interpretação única e absoluta sobre o pensamento político do período e menos ainda tentamos atribuir posicionamento político ao autor Machado de Assis. Segundo Vitor Cei, “há que se tomar cuidado com a rotulação de Machado de Assis em uma tendência de pensamento preestabelecida, pois ele é autor de obra vasta, que não se enquadra facilmente em rótulos e bandeiras, sejam de natureza literária, política, filosófica ou religiosa” (Cei, 2016, p. 28).

Não defendemos que a história e a literatura sejam consideradas ou comparadas a Esaú e Jacó, que brigaram no ventre da mãe por primogenitura, tampouco cremos que representam os apóstolos Pedro e Paulo, que discípulos de Jesus divergiam e disputavam lugar de destaque ao lado do Filho de Deus. Pedro era um apóstolo original e Paulo foi incorporado ao grupo depois, por isso Paulo buscava marcar sua presença para refutar a afirmação de que ele não era um verdadeiro apóstolo de Cristo.

Menos ainda, afirmamos que a história e a literatura sejam consideradas a representação ficcional dos gêmeos de Natividade, que também poderiam representar os dois grupos políticos (conservadores e liberais) estabelecidos desde o Primeiro Reinado brasileiro. São apenas conjecturas e insinuações para, por bem ou por mal, estabelecer uma relação intrínseca entre as duas áreas de conhecimentos.

Mas, poderiam ser? A história e a literatura foram, são ou poderiam ser áreas de conhecimentos opostas, que se rejeitam mutuamente desde a nascitura e em todo o processo de estabelecimento social ou eram, são e serão saberes que se complementam pelo ofício de seus discípulos? O debate foi proposto, mas não será elucidado. A história e os historiadores têm sua defesa estabelecida nas palavras de Peter Burke:

Seja como for, sua preocupação com toda a abrangência da atividade humana os encoraja a ser interdisciplinares, no sentido de aprenderem a colaborar com antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos etc. Os historiadores de arte, literatura e ciência, que costumavam buscar seus interesses mais ou menos isolados do corpo principal de historiadores, estão agora mantendo com eles um contato mais regular (Burke, 1992, p. 16).

A história e a literatura têm uma relação de complementação de saberes. A teoria é um elemento circunstancial importante tanto para os historiadores (pessoas que se

ocupam da escrita histórica) quanto para os literatos (pessoas que se ocupam da escrita literária). É comum que os dois tipos de profissionais se apropriem de pesquisas e estudos um do outro. Para Damton as relações vão muito além:

Seja desenterrando estruturas profundas ou demolindo sistemas de sinais, os críticos têm cada vez mais tratado a literatura, antes como uma atividade do que como um corpo estabelecido de textos. Insistem em que o significado de um livro não está determinado em suas páginas; é construído por seus leitores. Assim sendo, a reação do leitor torna-se o ponto chave em torno do qual gira a análise literária (Damton, 1992, p. 226).

A história e a literatura se complementam assim como Esaú e Jacó, os apóstolos Pedro e Paulo, a Monarquia e a República, os Partidos conservador e republicano, e os gêmeos, Pedro e Paulo, filhos de Natividade, personagens machadianos. Por que é tão importante a relação emanada de uma união entre história e literatura? Concorda-se que é assim e assim será.

Se é assim, chegou o momento de se realizar uma união entre a teoria literária e a história dos livros. A teoria pode revelar a variedade nas reações potenciais a um texto, ou seja, aos constrangimentos retóricos que dirigem a leitura sem determiná-la. A história pode mostrar que as leituras realmente ocorrem - ou seja, dentro dos limites de um corpo imperfeito de evidência. Estando atento à história, os críticos literários podem evitar o perigo do anacronismo (Damton, 1992, p. 229).

A união proposta por Damton está estruturada considerando o contexto histórico da transição do período monárquico para o período republicano e as perspectivas de historiadores em contraponto com a literatura de Machado de Assis. Os historiadores utilizados para compor o quadro são: Manoel Bomfim, Nelson Werneck Sodré e José Murilo de Carvalho.

### O contexto político brasileiro no final do século XIX e início do XX pelas perspectivas da história e da literatura

No final da década de 1870, a Monarquia brasileira já estava em uma crise, pois representava uma forma de governo que não correspondia mais às mudanças e aos anseios sociais em processo. Fazia-se necessário à implantação de uma nova forma de governo,

que fizesse o país progredir e avançar nas questões políticas, econômicas e sociais. Para Nelson Werneck Sodré. “As próprias condições econômicas se haviam alterado profundamente. A lavoura canavieira atravessava, nos últimos anos do império, uma crise. A manutenção das grandes senzalas importava, como foi dito, em um dispendido fortíssimo” (Sodré, 1998, p. 83).

A crise do sistema monárquico brasileiro pode ser explicada com algumas questões, como a interferência de D. Pedro II nos assuntos religiosos, provocando um descontentamento na Igreja Católica. As críticas ferrenhas feitas por integrantes do comando do Exército Brasileiro, que não aprovavam a corrupção existente na corte, impulsionou a queda do Império. Além disso, os militares estavam descontentes com a proibição imposta pelo monarca, pela qual os oficiais do Exército não podiam se manifestar na imprensa sem prévia autorização do Ministro da Guerra. Para Manoel Bomfim. “A propaganda republicana rejubilava do poderosíssimo auxílio e irmana-se com as reivindicações do exército” (Bomfim, 1998, p. 493).

No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o Conselho de Ministros e seu presidente. Na noite deste mesmo dia, o marechal assinou o manifesto proclamando a República no Brasil e instalando um governo provisório. Segundo Manoel Bomfim. “Não houve ensaio de resistência, nem gesto de desgosto, nem hesitações de apreensão; a nação recebeu a República num tom natural, de sorriso sereno, como quem se encontra com o esperado, para o renovar irrevogável de um destino completo” (Bomfim, 1998, p. 518).

Embora isso não fosse uma opinião majoritária e nem de conhecimento de todos, as coisas fluíam para o fim da Monarquia e a ascensão da República. Alguns críticos defendem que esse fato foi tão rápido que, quando aconteceu, até pessoas do alto escalão da Monarquia não sabiam o que acontecia na noite de 15 de novembro de 1889. José Murilo de Carvalho é o historiador que registrou a impressão mais famosa do advento da República brasileira quando.

Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver uma parada militar (Carvalho, 1987, p. 9).

A Monarquia brasileira chegava ao fim. D. Pedro II e a família imperial partiam rumo à Europa. Tinha início a República brasileira com o Marechal Deodoro da Fonseca assumindo provisoriamente o posto de presidente do Brasil. No ano de 1889, o Rio de Janeiro era a cidade com o título de Capital do Império brasileiro, e até esse ano ainda era comandado por D. Pedro II. Sobre a cidade do Rio de Janeiro no início da República, o historiador José Murilo de Carvalho registrou que:

O Rio de Janeiro dos primeiros anos da República era a maior cidade do país, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa, estava com condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania. Desde a independência e, particularmente, desde o início do Segundo Reinado, quando se deu a consolidação do governo central e da economia cafeeira na província adjacente, a cidade passou a ser o centro da vida política nacional (Carvalho, 1987, p. 13).

O romance é ambientado no final do Segundo Império e início da Primeira República, com registro de publicação em 1904. A passagem do período monárquico para o republicano foi registrada por Machado de Assis em seu romance *Esaú e Jacó*. Os fatos principais que aludem ao processo de transição são perceptíveis a partir do capítulo XLIX, quando surgem boatos sobre as movimentações, as vésperas, o dia e ultrapassando o acontecimento da proclamação. Para Nelson Werneck Sodré: “O império estava condenado, entretanto. O seu fim estava próximo. E a consciência disso é tão funda, no espírito de seus próprios servidores, que não temem a nova ordem das coisas” (Sodré, 1998, p. 315).

Sobre não temer e aceitar ‘a nova ordem das coisas’ e a mudança de regime político no Brasil, a literatura de Machado converge com a teoria de Nelson Werneck Sodré. Preocupado com as futuras ações dos militares quanto aos opositores do novo regime e com a situação política e econômica da cidade, Custódio interpela o conselheiro Aires dizendo: “É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela Rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à república. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é se não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade” (Assis, 2012, p. 146).

Antes de 1904, já se tinha estabelecida a importância da economia e a certeza de que toda e qualquer revolução, por mais radical que fosse, poderia ocasionar a troca de um regime, mas não abalaria as estruturas do poder econômico. “Nada se mudaria; o regime,

sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição” (Assis, 2012, p. 146-147).

Tanto nos registros históricos quanto no registro literário de Machado de Assis, percebemos que, mesmo com a tomada do poder pelos militares, as paixões políticas ainda sacudiam os corações. Nelson Werneck Sodré registra que: “Uma a uma, as grandes forças vivas do país divorciavam-se do império. Não corriam todas a alistar-se nas hostes adversárias, entretanto. Pior que isso. Refugiavam-se numa indiferença pela sorte do regime vigente” (Sodré, 1998, p. 316).

Para celebrar o fim da Monarquia e o início da República no Brasil, Machado de Assis registrou que toda a gente brasileira foi convidada para uma grande festa. “Natividade, o marido e Pedro, assim Aires, assim a demais gente convidada para a grande festa. Foi uma bela ideia do governo, leitor. Era como um sonho veneziano; toda aquela sociedade viveu algumas horas suntuosas, novas para uns, saudosas para outros e de futuro para todos” (Assis, 2012, p. 112).

Ainda são constantes os debates entre os historiadores sobre a participação popular na Proclamação da República. Para Manoel Bomfim. “Há um paradoxo nas nossas revoluções: ou irrompem sem preparo ostensivo, ou tal preparo nos parece insignificante, em vista dos resultados, pois que, antes, a ideia revolucionária parecia viver numa minoria fraca, e, logo depois, incorpora toda a opinião pública” (Bomfim, 1998, p. 427). Sobre a não participação da população no processo de Proclamação da República, o que foi apontado por José Murilo de Carvalho como fato histórico converge com a narrativa literária de Machado de Assis.

O próprio Aires, se tal coisa suspeitou, não a disse a ninguém; também não afiou o ouvido para alcançar o resto. Ao contrário, lembrando-lhe algo particular, escreveu a lápis uma nota na carteira. Tanto bastou para que os curiosos se dispersassem, não sem algum epíteto de louvor, uns ao governo, outros ao exército: podia ser amigo de um ou de outro. Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas (Assis, 2012, p. 138).

Indo mais além, enquanto Pedro, o monarquista, não acredita no que estava acontecendo, o próprio Paulo, que era republicano, não sabia como se deu o processo

decisório de tomada do poder. “Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela coisa? Refletia Paulo. Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, decerto, mas uma barricada não faria mal. Seja como for, venceu-se a campanha” (Assis, 2012, p. 153). José Murilo de Carvalho registrou que, “Se na proclamação da República a participação popular foi realmente arranjada de última hora e de efeito apenas cosmético, logo após as agitações se tornaram cada vez mais frequentes e variadas, incluindo greves operárias, passeatas, quebra-quebra” (Carvalho, 1987, p. 70).

*Esaú e Jacó* é um romance de ambiguidades e o próprio título prenuncia isso. Antes mesmo de nascerem os gêmeos, Natividade e Agostinho já anunciam as preferências entre menino e menina, a mãe pelo primeiro sexo, enquanto o pai, a princípio, prenunciava pelo segundo, “e cada um pleiteava a sua escolha com tão boas razões, que acabavam trocando de parecer. Então ela ficava com a filha, e vestia-lhe as melhores rendas e cambraiias, enquanto ele enfiava uma beca no jovem advogado, dava-lhe um lugar no parlamento, outro no ministério” (Assis, 2012, p. 38).

A convergência se dava em uma possibilidade que agradasse a ambos. A religião era outra representação confusa na família. Embora fosse de costume irem às missas católicas, o pai iniciava-se no espiritismo, a mãe flirtava com as crendices das gentes rales. “A perfeição seria nascer um casal. Assim, os desejos do pai e da mãe ficariam satisfeitos. Santos pensou em fazer sobre isso uma consulta espírita. Começava a ser iniciado nessa religião, e tinha a fé noviça e firme” (Assis, 2012, p. 38). A ambiguidade se faz pela oposição de Natividade aos anseios do marido. “Mas a mulher opôs-se; a consultar alguém, antes a cabocla do Castelo, a adivinha célebre do tempo, que descobria as coisas perdidas e predizia as futuras” (Assis, 2012, p. 38).

O pai e a mãe eram tão ambíguos quanto a noite e o dia, a Monarquia e a República, os conservadores e os liberais, Esaú e Jacó, Pedro e Paulo. “Nem casal, nem general. No dia sete de abril de 1870 veio à luz um par de varões tão iguais, que antes pareciam a sombra um do outro, se não era simplesmente a impressão do olho, que via dobrado” (Assis, 2012, p. 39).

Até 1870, os grupos de conservadores e liberais constituíam dois partidos políticos e disputavam e alternavam-se no gabinete imperial conforme as prerrogativas do imperador por meio do poder Moderador, o que ficou conhecido como políticas conciliatórias. “O governo é que faz a Câmara, em vez de ser feito por ela... Em tais

condições, como poderiam esses espúrios representantes da Nação ter segurança de atitude e independência de caráter para enfrentar o trono absorvente?” (Bomfim, 1998, p. 289-290).

A partir de 1870, o grupo liberal apoiado pelos cafeicultores se estruturou em torno do Partido Republicano Paulista, que logo agregou seguidores em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. “Este é o Brasil político, de 1870, que, no entanto, vale como situação de grande crise, aquele renovar de esforços pela liberdade, e de onde sairá a Abolição e a República” (Bomfim, 1998, p. 234).

Entre conservadores e liberais se faziam as políticas, entre as dualidades se construía uma nação ou uma ficção. As peças se moviam conforme desejava o imperador. Segundo Bomfim. “Com os instrumentos que teve em mão, não foi difícil a Pedro II sistematizar a política em que glorificou o seu reinado” (Bomfim, 1998, p. 244).

Machado de Assis, explicando a dualidade existente na sociedade política, transforma o momento político em uma partida de xadrez. “Se aceitas a comparação, distinguirás o rei e a dama, o bispo e o cavalo, sem que o cavalo possa fazer de torre, nem a torre de peão. Há ainda a diferença da cor, branca e preta, mas esta não tira o poder da marcha de cada peça, e afinal umas e outras podem ganhar a partida, e assim vai o mundo” (Assis, 2012, p. 51).

A narrativa de Machado de Assis no romance *Esaú e Jacó* circunscreve-se em torno da vida dos gêmeos, Pedro e Paulo, que representam os conflitos entre Esaú e Jacó, entre os apóstolos Pedro e Paulo e entre o Partido Conservador e o Partido Liberal respectivamente. “Saiu logo depois, arrependido da indiscrição, mas deslumbrado da revelação. Ia cheio de números da Escritura, de Pedro e Paulo, de Esaú e Jacó” (Assis, 2012, p. 55).

Para Manoel Bomfim: “A vida do segundo Império se fez nas vicissitudes dos dois célebres partidos políticos, mas, em verdade, tudo não passava de embuste, pois os dois eram da mesma vasa, num pântano comunicante, com a diferença única de borbulharem em nomes diferentes” (Bomfim, 1998, p. 245).

Após a proclamação da República, alguns perceberam que a mudança de regime político não alterou a estrutura social, o que rendeu ao governo uma nova divisão política entre os republicanos. Agora, Pedro, conservador, apoia o governo enquanto Paulo se torna oposição.

Paulo entrou a fazer oposição ao governo, ao passo que Pedro moderava o tom e o sentido, e acabava aceitando o régimen republicano, objeto de tantas desavenças. A oposição de Paulo não era ao princípio, mas à execução. Não é esta a república dos meus sonhos dizia ele, e dispunha-se a reformá-la em três tempos, com a fina-flor das instituições humanas, não presentes nem passadas, mas futuras. Quando falava delas, via-se-lhe a convicção nos lábios e nos olhos, estes alongados, como alma de profeta. Era outro ensejo de se não entenderem os dois (Assis, 2012, p. 229).

Machado de Assis recorre a datas importantes para fazer as travessuras dos gêmeos coincidirem com as ações dos partidos políticos. Junto a isso, apresentava características particulares a um e a outro. “Eram ambos gulosos, Pedro mais que Paulo, e Paulo mais que ninguém. Paulo era mais agressivo, Pedro mais dissimulado” (Assis, 2012, p. 58).

No ano de 1880, o Império sofre dois duros golpes em sua economia escravocrata. O tráfico dos escravos entre estados é proibido e a ‘Sociedade Brasileira Contra a Escravidão’ é fundada por Joaquim Nabuco. Em Manoel Bomfim podemos perceber que: “O povo, que não via relação efetiva entre a dominação oficial dos partidos e o resultado da respectiva ação, deu-lhes nomes ao sabor de incidentes: Saquaremas e Luzias” (Bomfim, 1998, p. 245).

Sobre a alternância no governo imperial, Machado de Assis ironiza a queda dos conservadores em detrimento da convocação dos liberais para assumirem o gabinete imperial. “Se há muito riso quando um partido sobe, também há muita lágrima do outro que desce, e do riso e da lágrima se faz o primeiro dia da situação, como nos Gênesis. Venhamos ao evangelista que serve de título ao capítulo” (Assis, 2012, p. 105). Assim, por direito, “Os liberais foram chamados ao poder, que os conservadores tiveram de deixar. E depois não era propriamente conservador, mas saquarema, como os liberais eram luzias” (Assis, 2012, p. 105-106).

Sobre o Imperador D. Pedro I, existem grandes divergências entre os historiadores e Machado de Assis se apropria desse fato em sua narrativa. Manoel Bonfim e Caio Prado Júnior não pouparam palavras para explicitarem o descontentamento com as práticas políticas do Imperador. “Em verdade, D. Pedro I não aceitou a Independência: serviu-se dela...” (Bomfim, 1998, p. 48). “A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto. Quanto ao papel representado por D. Pedro, ele é todo

ocasional, como se depreende do que acima ficou dito. A monarquia é por isso mesmo precária” (Prado Júnior, 2006, p. 52-53). Em Manoel Bomfim, vemos que:

O Brasil, feito soberano nas grosseiras tramoias do filho de D. João VI, teve de consumir o primeiro decênio de vida autônoma em debater-se, no atoleiro a que o atiraram a título de libertá-lo. É por isso que, se rebuscamos os cosmo e os porquês da Nação brasileira, devemos insistir ainda nos processos e atos do príncipe embusteiro a quem nos entregamos, seguindo os efeitos até que, 1831, cai, pela gangrena, o que já era esfacelo. Esses longos nove anos, patenteiam a miséria política do Brasil inoculado de braganismo (Bomfim, 1998, p. 47).

Quis ainda ver se colhia algum dinheiro, vendendo-lhes um retrato de Pedro I, encaixilhado, que pendia da parede; mas, Pedro recusou por não ter dinheiro disponível, e Paulo disse que não daria um vintém pela ‘cara de traidores’. Antes não dissesse nada! O lojista, tão depressa lhe ouviu a resposta como despiu as formas obsequiosas, vestiu outras indignadas, e bradou que sim, senhor, que o moço tinha razão. — Tem muita razão. Foi um traidor, mau filho, mau irmão, mau tudo. Fez todo o mal que pôde a este mundo; e no inferno, onde está, se a religião não mente, deve ainda fazer mal ao Diabo (Assis, 2012, p. 70).

A corrupção, a troca de favores, o jogo de interesse são temas presentes na narrativa histórica e na literatura machadiana. “A nefasta política do governo do imperador foi quem criou este estado desesperado em que nos achamos... política de proscrição, de corrupção, de venalidade e de cinismo” (Bomfim, 1998, p. 235). Quanto aos filhos, Natividade sonha. “A presidência da República não podia ser para dois, mas um teria a vice-presidência, e se este a achasse pouco, trocariam mais tarde os cargos. Nem faltavam grandezas” (Assis, 2012, p. 235).

Para Manoel Bomfim: “A segunda era da monarquia brasileira é dominada por um sistema perseverante: o descrédito dos partidos, a solapa das convicções, a eliminação da luta são dogmas daquela política eversiva” (Bomfim, 1998, p. 246). Machado de Assis também escreveu sobre atos de concessões e arranjos para a família de Natividade. “Batista dizia que por causa das eleições perdera a presidência, mas corria outra versão, um negócio de águas, concessão feita a um espanhol, a pedido do irmão da esposa do presidente. O pedido era verdadeiro, a imputação de sócio é que era falsa” (Assis, 2012, p. 77).

É certo que, para a produção do romance, Machado de Assis se apropriou de um fato histórico. O que questiona Roger Chartier é: “Se a história, como disciplina de saber, partilha suas fórmulas com a escritura de imaginação, é possível continuar atribuindo a

ela um regime específico de conhecimento? A ‘verdade’ que produz é diferente da que produzem o mito e a literatura?” (Chartier, 2020, p. 13-14).

O que Machado responde? “Há exceções, nobres algumas, outras nobilíssimas. A história guarda muitas delas, e os poetas, épicos e trágicos, estão cheios de casos e modelos de abnegação” (Assis, 2012, p. 184). “Um amanuense basta para trocar as mãos à História; tudo é que o nome do novo chefe seja conhecido, e o contrário é impossível; ninguém trepa ao sólio sem isso” (Assis, 2012, p. 231). “Isto supondo que a história seja um trem de ferro. A minha não é propriamente isso. Não é trem nem barco; é uma história simples, acontecida e por acontecer” (Assis, 2012, p. 236).

Nelson Werneck Sodré escreveu sobre a participação de um grande escritor da literatura brasileira na despedida da monarquia do território brasileiro. “Raul Pompéia traçou, numa página inesquecível, a cena do embarque na família imperial. No silêncio, na paz e na solidão, os membros da dinastia bragantina deixaram a terra brasileira. Se houve lágrimas, não houve revolta” (Sodré, 1998, p. 328).

Manoel Bomfim cita Castro Alves como grande autor em favor da abolição da escravatura no Brasil. “Em verdade, a campanha abolicionista que terminou em 1888, começa com os cantos de Castro Alves” (Bomfim, 1998, p. 424). Segue afirmando que: “Sem dúvida: o coração brasileiro tinha as cordas para essa compaixão... E aí está o grande mérito de Castro Alves. Foi a expressão justa do sentir essencial da nação. Expressão justa, mas tão nova e tão sincera, e tão potente, que se impôs como revelação” (Bomfim, 1998, p. 424).

Manoel Bomfim (1868-1932), historiador e intelectual brasileiro contemporâneo a Machado de Assis, escreveu: “O México, mesmo, e a Polônia, abatidos, oprimidos, foram motivos para o próprio estro contido de Machado de Assis... Era a mentalidade da época. E Castro Alves recebe a consagração dos mais realmente qualificados para julgar o seu valor: José de Alencar e Machado de Assis” (Bomfim, 1998, p. 415). “Castro Alves representou, num momento da nossa história política e social, todas as aspirações generosas da mocidade do Brasil, que previu e ajudou a cumprir a Abolição e a República” (Bomfim, 1998, p. 454).

José Murilo de Carvalho aponta no início do período republicano grandes mudanças, especialmente no Rio de Janeiro, entre elas, o avanço rápido dos valores burgueses. E como crítica a esses valores, também cita as impressões de Raul Pompéia. “Mesmo

republicanos ardorosos, como Raul Pompéia não deixaram de estranhar o novo espírito que dominava as pessoas. Segundo Pompéia, longe iam os dias do romantismo e do dantonismo da propaganda. O que há agora é pão, pão, queijo, queijo. Dinheiro é dinheiro” (Carvalho, 1987, p. 42-43).

### Considerações finais

Consideramos que o propósito deste texto foi o de examinar e refletir sobre uma possível interface entre a história e a literatura como narrativas históricas nos anos finais do século XIX e início do século XX. Para isso, utilizamos a perspectiva literária e histórica apresentada na narrativa *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, romance contemporâneo a um dos momentos históricos mais relevantes do país, a transição do regime monárquico para o regime republicano.

O entrelaçamento entre a história e a literatura se confirma quando Manoel Bomfim, Nelson Werneck Sodré e José Murilo de Carvalho trazem para o discurso histórico as contribuições de importantes nomes da literatura como: Castro Alves, Machado de Assis, José de Alencar, Raul Pompéia que são representantes da história e da literatura brasileira.

Compreendemos que a interface produzida entre os discursos histórico e literário só foi possível pela engenhosidade de Machado de Assis. Como observador do fato histórico, como autor, não subordinou um discurso ao outro, mas sim criou as possibilidades métricas que permitiram a interseção entre eles, apresentando paralelamente um discurso histórico conduzido por uma narrativa ficcional potencialmente verossímil quando aproximado ao fato histórico.

Enfim, considerando que o direito à literatura defendido por Antonio Cândido expressa o desejo de uma sociedade justa e, em Cândido: “Uma sociedade justa pressupõe respeito aos direitos humanos e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Cândido, 2017, p. 193). Compreendemos que entre a história e a literatura, como narrativas históricas, existem historiadores e escritores de literaturas. Entre as duas, existe Machado de Assis.

### Referências

- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica.** 12<sup>a</sup> ed. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005.
- ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó.** 5 ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação.** Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história:** novas perspectivas. BURKE, Peter (Org.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CEI, Vitor. **A voluptuosidade do nada:** niilismo e galhofa em Machado de Assis. 1<sup>a</sup> ed. Pinheiros. São Paulo: Annablume Editora, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Trad. Cristina Antunes. 2<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
- CHARTIER, Roger. **Conferência proferida por**, em 5 de novembro de 1999, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, que abriu o debate que se segue com João Adolfo Hansen. Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, p. 197-216.
- COMPAGNON, Antoine. **Literatura para que?** Trad. Laura Taddei Bandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- DAMTON, Robert. História da leitura. In: **A escrita da história:** novas perspectivas / BURKE, Peter (Org.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 199-236.
- GABRIEL, Ruan de Sousa. A nova onda da internacionalização de Machado de Assis. **Época**, 11 set. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/a-nova-onda-da-internacionalizacao-de-machado-de-assis-23055651>.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil:** colônia e império. 21<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos. **História como literatura.** In: Tempo brasileiro: Revista de Cultura, n. 81. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil - ORDECC, 1985.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: **A escrita da história:** novas perspectivas/ BURKE, Peter (org.) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SODRÉ, Nelson W. **Panorama do Segundo Império.** 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.